

ECOS DA REVOLUÇÃO RUSSA NA IMPRENSA BRASILEIRA

ECHOES OF THE RUSSIAN REVOLUTION IN THE BRAZILIAN PRESS

Iamara Silva ANDRADE¹

Resumo: Esse artigo propõe apresentar elementos de uma pesquisa sobre a forma como a grande imprensa e imprensa operária nas cidades de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentaram os acontecimentos da Revolução Russa. Nesse intuito, são analisadas as notícias russas veiculadas entre 1917 e 1922, para investigar a circulação de ideias na grande imprensa e imprensa operária enquanto espaços de formulações e disputas dos projetos de poder pelos grupos sociais dominantes e militantes operários. A hipótese inicial é que após um período de poucas notícias, há um esforço na grande imprensa em transmitir informações com uma ideia de aceitação da Revolução de Fevereiro de 1917, por sua característica “anti-alemã” e a partir da tomada do poder pelos soviets e a radicalização das ações operárias no Brasil, as notícias foram veiculadas numa ofensiva crítica, quando surge o primeiro esboço de ideias anti-comunistas, que assumem ao longo do século XX matizes diversificadas, utilizadas nas disputas políticas, realizadas através da imprensa, para consolidar valores, visões de mundo e justificar golpes de Estado.

Palavras-chave: Revolução Russa, Imprensa, Anticomunismo

Abstract: This article aims to present elements of a research about the way in which the Mainstream Press and the Working Press in the cities of Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro and Porto Alegre presented the events of the Russian Revolution. For this purpose, the Russian news stories published between 1917 and 1922 are analysed to investigate the circulation of ideas in the Mainstream Press and the Working Press as spaces for the formulation and disputes of power projects by dominant social groups and militant workers. The initial hypothesis is that after a period of few news, there is an effort in the large press to convey information with an idea of acceptance of the February 1917 Revolution for its "anti-German" character and from the seizure of power by the Soviets and the radicalization of workers' actions in Brazil, the news was conveyed in a critical offensive, when the first sketch of anti-communist ideas emerged that assumed throughout the twentieth century diversified nuances used in political disputes through the press to consolidate values, visions and justify coups d'état.

Keywords: Russian Revolution, Press, Anti-communism

“A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século” (Hobsbawm, 1994, p.62)

A Revolução Russa nas páginas dos jornais brasileiros

Foi no início do “breve século XX”, era de colapso e catástrofe de guerras imperialistas, que o mundo acompanhou um processo que redesenhou não apenas o

¹ Mestra em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: iamarandrade53@gmail.com

cenário do terceiro maior império da história, isto é, do *Rossíyskaya Impériya* (Império Russo), mas principalmente o horizonte social da humanidade.

Passam-se atualmente 99 anos desde que a Rússia foi palco da Revolução que representou uma mudança decisiva na história, remodelando a tessitura política das sociedades e redefinindo seus conflitos. Os ecos da Rússia de 1917 chegaram gradualmente em todos os continentes, através de escritos jornalísticos ou de relatos de participantes e observadores que vivenciaram os acontecimentos. Isso é demonstrado pelo seguinte trecho sobre os primeiros dias da Revolução, no clássico relato de John Reed, *Os dez dias que abalaram o mundo*:

A cidade estava tranquila. Nenhum assalto, nenhum roubo, nem sequer uma briga entre bêbados. À noite, patrulhas armadas percorriam as ruas silenciosas. Nas praças, os soldados e os guardas vermelhos, ao redor das fogueiras, riam e cantavam. Durante o dia, grandes multidões aglomeravam-se nas calçadas para ouvir as intermináveis discussões entre estudantes, soldados, negociantes, operários (REED, 1978, p.98).

E depois de quase um século, como avaliar qual o significado da Revolução Russa para aqueles que viviam no Brasil e liam os jornais, participavam da vida política, construíam e disputavam projetos sociais? Quais esperanças suscitou? Quais interpretações foram elaboradas? Quais conflitos produziu? Essas respostas são procuradas através da análise do impacto da Revolução Russa na grande imprensaⁱ e imprensa operáriaⁱⁱ como espaços de interlocução deste “horizonte vermelho” que se abria diante do mundo, da expressão escrita das inquietações, debates e elaborações construídas a partir desse acontecimento.

Silvia Petersen caracteriza a imprensa operária como um “instrumento de circulação social e cultural” entre locais e regiões e por isso importa o exame desses jornais como “meio de conteúdos formativo-informativo de crítica social” e como mecanismo de integração da militância num plano inter-territorial (PETERSEN, 2010).

A circulação dos jornais operários de regiões diferentes constituiu uma “rede de relações sociais e difusão cultural” na qual as notícias da Revolução Russa desencadeou um intercâmbio de ideias no âmbito da formação de valores, da orientação política e da escolha de projetos.

A observação desses impactos da Revolução Russa na imprensa brasileira é realizada numa perspectiva inter-regional com a pesquisa dos periódicos das cidades de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, para que a percepção das

especificidades locais e dos processos mais globais possibilite a identificação e compreensão dos diferentes matizes regionais e das similaridades entre estes diferentes espaços de produção de conteúdo jornalístico.

A escolha dessas cidades está relacionada com a importância delas em suas respectivas regiões, essas capitais exerciam influente poder político nos seus Estados, além de possuírem um maior contingente populacional, que estava entre as cinco primeiras cidades com o maior número de pessoas habilitadas para serem eleitores em 1920, indicando uma maior comunidade leitora, além de se destacarem no avanço da organização da grande imprensa e imprensa operária (PACHECO, 2005, p.102)ⁱⁱⁱ.

Também consideramos que as cidades escolhidas são espaços de produções jornalísticas de periódicos de destaques regionais e nacionais, que desempenham papéis políticos importantes nas relações de poderes locais, seja com os partidos dos grupos oligárquicos ou com os sindicatos e as nascentes organizações de esquerda.

A pesquisa dos jornais brasileiros entre 1917 e 1922 objetiva observar a fase inicial das notícias da experiência soviética, numa conjuntura brasileira de reorganizações e cisões do movimento operário, intensa agitação social, grandes ações grevistas, de realinhamento republicano dos grupos dominante e de elaboração da “proto-história do anticomunismo”.

Os primeiros caminhos das notícias da Rússia revolucionária

Os primeiros fatos da Revolução Russa de Fevereiro de 1917 foram divulgados nas seções sobre a guerra mundial. O evento recebeu a seguinte manchete no jornal *A Cidade* (Salvador): “O Czar foi deposto. Rebentou uma revolução na Rússia. Faltam Pormenores”. E no dia seguinte o mesmo periódico apresentava a matéria intitulada “Não foi um *bluff* alemão”, esclarecendo que havia sido confirmada a notícia da instalação de um novo governo russo pela Duma, que havia prendido os “reacionários”^{iv}.

Os periódicos da grande imprensa brasileira veiculavam notícias das agências internacionais (Haves, Association Presss, United Press) oriundas dos países “aliados” da Primeira Guerra Mundial, assim, era de acordo com os interesses desse grupo bélico que o conteúdo dos telégrafos sobre a Revolução Russa chegava aos jornais brasileiros (SANTOS, 1985).^v

Após um período de poucas notícias, há um esforço na grande imprensa em transmitir informações com uma ideia de aceitação da Revolução de Fevereiro de 1917 por sua característica “anti-alemã”, como consta na seguinte informação: “A Revolução na Rússia encontrou unidos o exército e o povo. Vitória das forças liberais. A Revolução é considerada um movimento antigermanófilo e antialemão” (A CIDADE, 1917, p.3).

Entretanto, a partir de novembro, com a tomada do poder pelos soviéticos, as notícias começaram a serem veiculadas numa ofensiva crítica: “Petrograd ameaçada. Esta cidade está ameaçada de fome pela intransigência dos camponeses” (A TARDE, 1917, p.3). O tipo de transmissão descontextualizada da informação, de forma curta e abreviada, indica uma elaboração da notícia que busca não apenas ocultar os fatos, mas produzi-los com um sentido vantajoso aos interesses políticos das agências internacionais de notícias. Nessa perspectiva foi anunciada a ascensão dos bolcheviques: “os maximalistas organizaram uma revolução, tomaram conta do poder” e deixaram “em liberdade o exército alemão”.

A partir de novembro a revolução é descaracterizada como uma traição e os maximalistas como traidores, indicando que os periódicos assumem os interesses dos países “aliados”^{vi}. Essa também é a lógica da informação no Rio de Janeiro: “O partido maximalista é instrumento da Alemanha, da qual recebe dinheiro; os chefes, Lênin e Ganedski, são culpados pela decomposição russa e da derrocada do seu exército” (CORREIO DA MANHÃ, 1917, p.3).

Muniz Ferreira vê na cobertura jornalística, desde março de 1917, indícios de uma ideologia anticomunista na Bahia, que é perpassada pela identificação dos bolcheviques como agentes alemães, por terem defendido a paz e traidores pela retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial (FERREIRA, 2013)^{vii}. O referido autor identifica o “primeiro esboço de um discurso anticomunista”, quando os artigos jornalísticos começam a falar em “prudência, cuidado” para que as ideias vindas da Rússia e das greves paulistas e cariocas não “cheguem à Bahia”, nem alcancem Salvador, cidade “pacata e ordeira”, promovendo a “desordem e desarmonia entre as classes”^{viii}.

Por essa análise, após os acontecimentos de outubro na Rússia, é possível verificar a “proto-história do anticomunismo baiano” nas manchetes dos jornais: “o canibalismo maximalista” e “o regime do assassino na Rússia”. De acordo com Ferreira, assim surgem as primeiras “expressões pejorativas e difamatórias” que vão caracterizar as ideias socialistas e a Revolução Russa, e na posteridade alcançarão seus epítetos

equivalentes (“subversivo, desordeiro, inimigo da nação, anticristão, destruidor da família e liberticida”), que servirão para legitimar os golpes de 1937 e 1964.

Enquanto chegavam as notícias da Revolução Russa, os operários brasileiros viviam em condições adversas de trabalho (insalubridade, baixos salários, jornadas de trabalho entre 10h a 12h) e enfrentavam um custo de vida considerado um dos maiores da história do Brasil, com os altos preços dos alimentos, dos aluguéis, do transporte, e tudo isso para sobreviver e alcançar os 25 anos, que era a expectativa de vida média do operário nesse período (CASTELUCCI, 2002, p.43). Esse quadro social das primeiras décadas do século XX foi agravado pela crise econômica originada com a Primeira Guerra Mundial, pela exportação dos gêneros alimentícios, e a intensificação da carga de trabalho industrial, com a lógica da substituição de importações (BATALLA, 2000, p.14).

O movimento operário brasileiro no início da Primeira República se organizava em torno da luta sindical e de suas associações, onde havia uma presença marcante dos grupos anarquistas, tendo alcançado o “ápice da mobilização operária” nos anos entre 1917 e 1919, quando as greves entraram na ordem do dia, tanto na grande imprensa, quanto na imprensa operária.

Os noticiários dos periódicos demonstravam a proliferação do ânimo de revolta, estimulavam o temor dos leitores, procurando em elementos externos a responsabilidade dos fatos. Isso pode ser percebido na matéria “A greve explodirá na Bahia?”, que publicava um “plano horrível contra a Chemins de Fer”, com a utilização de dinamite e explicava dizendo: “Parece que mãos ocultas atearam fogo no rastilho das desordens na Rússia” e “chegaram até o Brasil” com o “intuito sinistro de atentar contra a segurança das classes conservadoras, determinando a paralisação de toda a nossa vida econômica”.

O *Jornal do Brasil* (JB – Rio de Janeiro) anunciava: “O proletariado agita-se” se referindo a um comício contra a carestia de vida e o aumento dos impostos (JB, 1917, p.3). O movimento grevista de maior proporção em 1917 aconteceu em São Paulo, durante o mês de julho com saques, mortos e deportações, e foi assim descrita pela editorial de *O Estado de S. Paulo*: “A torre dos privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida mas já vitoriosa, do capital e do trabalho” e aponta para a ideia de que “ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento”. Essa matéria do periódico paulistano, reflete um período no qual havia em alguns jornais da grande imprensa, uma perspectiva de negociação com os movimentos grevistas, sob a tutela

dos jornalistas e o reconhecimento do governo. Além disso, demonstra que no primeiro semestre de 1917, o conceito de socialismo poderia está associado à conciliação entre patrões e trabalhadores.

Numa breve observação, se nota perfis diferenciados em 1917 nos posicionamentos entre os jornais *A Tarde* e *O Estado de São Paulo* sobre as greves. No soteropolitano, em julho, era demonstrada uma maior disposição para a condenação da manifestação operária; ao passo em que o paulista foi o articulador da maioria da imprensa enquanto mediadores do conflito grevista de 1917. Podemos levantar como hipótese que aconteceram flutuações de estratégias da imprensa até a radicalização das ações operárias, principalmente entre 1918 e 1920, quando seus periódicos assumiram uma postura mais ofensiva na defesa da ordem conservadora.

No Rio de Janeiro, houve intensidade no primeiro semestre de 1917, quando a Federação Operária do Rio de Janeiro organizou uma campanha contra a carestia, com uma ação organizativa nos bairros industriais, enquanto ocorriam paralisações localizadas até as generalizações de greves em julho e a tentativa de insurreição em 1918, que foi delatada antes de ser deflagrada e resultou em prisões e deportações. O *Jornal do Brasil* tratava do assunto na primeira página com os seguintes títulos: “O grave movimento subversivo que agitou ontem a cidade” e “A polícia consegue descobrir o plano dos amotinadores”. Podemos verificar a visão da força repressora no relatório do inquérito policial sobre esse último movimento: “com o objetivo de mudar a forma de governo atual por uma junta de operários e soldados, nos moldes da Rússia, coloca aqueles indivíduos como os demais que praticaram atos externos na sanção do art.107, do Código Penal” (BANDEIRA e MELLO, 1967, p.140). Vale destacar, que o crescimento das ações operárias e o estímulo do exemplo da Revolução Russa, perpassaram em 1919 pela fundação de um partido comunista pelos anarquistas cariocas.

No primeiro semestre de 1919 em São Paulo, grandes sindicatos como o dos têxteis e da construção civil serão organizados, jornais como *A Plebe* serão reabertos, e as manifestações operárias atingem uma dinâmica de maior efervescência. Foram intensas comemorações do primeiro de maio, com moções de solidariedade aos trabalhadores russos, húngaros e alemães, protestos contra as intervenções nesses países, hinos da internacional e proliferações de greves, que continuam se multiplicando no ano seguinte e resistindo ao endurecimento da repressão policial.

A *Plebe* (São Paulo) em 1919 declarava que “a revolução russa veio despertar uma nova confiança nos métodos insurreccionais na possibilidade de realizar hoje mesmo a revolução social”. Isso demonstra que a Revolução Russa, mesmo em seu terceiro ano, permanecia sendo inspiração para o movimento operário, mas já pode se notar o início das divergências políticas entre jornais anarquistas sobre o desenrolar dos acontecimentos russos, quando verificamos a seguinte resposta do *A Plebe*: “e acredita “Alba Rossa” que nós atacamos a ditadura proletária sem termos dado pela coisa”, e esclarece afirmando que “a organização revolucionária que seguirá a revolta triunfante descrita pelo redator de «Alba Rossa», não é a ditadura proletária como até hoje foi por todos entendida; é uma organização ideal dos Soviets tal como... ainda não existe na Rússia” (A PLEBE, 1919, p.4).

Também em *A Plebe* (São Paulo) é possível identificar um debate sobre outra temática de forte divulgação na imprensa brasileira, a questão da mulher e do amor livre na Rússia soviética. O jornal de 12 de abril de 1919 publica uma matéria de um jornalista espanhol chamado Santiago Vernadell, que apresenta uma resposta de uma russa a seus comentários sobre as condições da mulher na Rússia, com o esclarecimento de que “o bureau do amor livre não é uma feira carnal. As agências telegráficas o iludiram. É a organização racional para defender a mulher dessa vergonha que se chama prostituição”.

Em Porto Alegre, de acordo com Frederico Bartz, a Rússia já era mencionada desde março de 1917, numa greve de calceteiros, e em julho no maior comício da grande greve de 1917, por um militante anarquista (BARTZ, 2008). Nos primeiros anos, as referências no meio operário gaúcho estão ligadas aos anarquistas, que viviam uma fase de reconquista de espaço político, quando refundaram o jornal *A Luta* (Porto Alegre), em fevereiro de 1918, com o intuito também de defender a Revolução Russa, como demonstra esta declaração: “precisamos esclarecer a imprensa fraldiqueira, desmentindo as suas calúnias, esclarecendo os trabalhadores e fazendo justiça aos maximalistas”.

Bartz também identifica que no movimento operário do Rio Grande do Sul a interpretação da Revolução Russa foi um processo “complexo e multifacetado” demonstrado por diferentes formulações de importantes lideranças operárias. Por exemplo, a preferência do líder socialista Carlos Cavaco com o exemplo da “democracia de fevereiro”, a singularidade do apoio de Abílio de Nequete, que através de suas referências culturais de imigrante libanês de origem ortodoxa, via na Rússia

Soviética uma esperança de renovação social e espiritual e ainda Zenon de Almeida, anarquista, que via na revolução a vitória da razão e cultura laica.

Na Bahia, acontecia entre 1919 e 1920 o acirramento das insatisfações operárias que se expressaram na greve geral liderada pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), com participação decisiva do advogado e jornalista Agripino Nazareth, deportado das prisões cariocas de 1918. Para Aldrin Castellucci, a importância da greve geral de 1919 está no “novo padrão de comportamento político frente as necessidades imediatas” que levou os trabalhadores para uma postura ofensiva com a apresentação de novas reivindicações e a defesa de objetivos comuns^{ix}.

O SPCDC publicou dois jornais: o primeiro, *Germinal*, com três números em 1920 e editado por Agripino Nazareth, que nesse período também colaborou com o jornal *Voz do Povo*, da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e os cariocas *Spartacus* (RJ) e revista *Clarté* (GUIMARÃES, 2012, p.204)^x. E o segundo periódico foi *A Voz do Trabalhador*, que em 1920 convocava na primeira página: “a Rússia vos vem visitar: a Rússia vos vem libertar, ó camaradas!... e é preciso preparardes uma vermelha recepção. Que vos falta? Organização apenas. Organização é a Lei e a Força dos Pequenos e dos Trabalhadores”. A leitura desse trecho identifica um exemplo de como a Rússia se colocava como um horizonte de libertação e renovação social.

Assim, podemos observar num breve panorama do noticiário da Revolução Russa em algumas regiões do Brasil, como a interlocução entre a imprensa operária e a grande imprensa pode ter sido um canal de produção de elementos constituintes tanto de um discurso “anti-maximalista” quanto de valores e rumos “revolucionários” da militância operária.

Contribuições aos estudos historiográficos da imprensa

Ana Martins e Tânia Luca analisando os caminhos da imprensa no Brasil, concluíram que a história do Brasil e da imprensa caminham juntas, num cenário onde muitas vezes os personagens são os mesmos ou no mínimo bastante próximos, “pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional” (LUCAS e MARTINS, 2008, p.8).

O crescimento e modernização dos meios de comunicação nos remete a indagação sobre o papel da imprensa para a História Política, como se relaciona com os

poderes e como atua sobre eles. Para tanto, conforme Robert Darnton, é preciso analisar a imprensa como força ativa da vida moderna, considerando-a mais do que simples registro e sim ingrediente do processo que atua sob as formas de vida, visões de mundo e consciências históricas (DARNTON e ROCHE, 1996).

Darnton, quando do bicentenário da tomada da Bastilha, refletindo sobre o que havia de revolucionário na Revolução Francesa, afirmou que é fácil aceitarmos a ideia de uma transformação na vida cotidiana, mas difícil é entendê-la, porque não conseguimos imaginar o mundo de outra maneira a qual ele se apresenta, a menos que vivenciemos situações de desmoronamento das coisas, como uma morte ou um divórcio, ou o súbito desaparecimento de algo que parecia imutável, como o teto sobre nossas cabeças ou o chão sob nossos pés (DARNTON, 1990, p.12).

O mundo contemporâneo acompanhou como os russos experimentaram construir uma nova dinâmica política, quando desmoronaram subitamente o teto de um Império e dissiparam uma energia de novas possibilidades para a vida em sociedade. A imprensa deu forma aos acontecimentos que registrava de acordo com as conjunturas específicas de relações com o poder e das lutas por hegemonia sobre os modos de vida.

Num primeiro momento da pesquisa dos noticiários da Revolução Russa nos periódicos da grande imprensa baiana, foi identificado nos textos jornalísticos o que Ferreira explica como os “primeiros contornos de uma representação acerca do bolchevismo, antecessor conceitual direto do comunismo na imprensa”. A presença de uma visão “anti-maximalista” também nos jornais da grande imprensa carioca, paulista e gaúcha, demonstra a possibilidade de uma relação inter-regional no surgimento do “proto-anticomunismo” (FERREIRA, 2013, p.133)

Para compreender as formas como as informações russas chegaram ao Brasil, foram realizadas leituras de produções historiográficas mais recentes e identificadas iniciativas acadêmicas responsáveis por inovações metodológicas na abordagem e apresentação de novas fontes referentes ao movimento operário, mas pouco foi analisado da recepção da Revolução Russa pela imprensa e seu papel na difusão e no impacto desse acontecimento, na sociedade brasileira das primeiras décadas republicanas.

A imprensa como objeto de estudo proporciona um recurso de renovação nas pesquisas da História Política, na medida em que registra cotidianamente a expressão das ideias e projetos políticos; ao mesmo tempo em que é um importante meio de intervenção política e atuação ideológica.

A análise da circulação da imprensa enquanto “enlaces interestaduais” contribui para um diálogo entre a produção historiográfica do eixo paulista e carioca, e as abordagens soteropolitanas e gaúchas, assim o que se busca é maior representatividade e qualificação das especificidades locais.

A investigação da abordagem da Revolução Russa pela imprensa entre 1917 e 1922 se torna um “caminho analítico útil”, por ser um elemento internacional que influenciou a conjuntura dos anos de efervescência da ação dos trabalhadores, tema recorrente na imprensa operária e na grande imprensa, conteúdo das ideias que circularam na sociedade, por fazer parte das ações e dos pensamentos do movimento operário e dos grupos dominantes. Nessa perspectiva, foram propostas quatro cidades como espaços de estudo: para Salvador foi pensada por ser uma oportunidade de aprofundar a investigação da imprensa e seu intercâmbio com outros Estados; Porto Alegre possibilita o diálogo com uma realidade distinta do nordeste e sudeste na busca por compreender especificidades e semelhanças, e a ponte Rio de Janeiro e São Paulo como interlocutores referenciais da produção jornalística.

Diante disso, a pesquisa da dinâmica da circulação de ideias entre a grande imprensa e a imprensa operária possibilita o enriquecimento da historiografia da imprensa. Ademais, também propõe ampliar os estudos sobre a imprensa operária, considerando seus jornais do início do século XX como fontes promissoras para compreender a “rede de relações sociais e difusão cultural” entre os operários de diferentes regiões e para tornar mais visível a capacidade de “agente coletivo e organizador social” desses jornais.

A escolha da imprensa como fonte de pesquisa está relacionada à compreensão do seu papel de dinamização e intensificação dos rumos dos processos sociais, como demonstram os estudos de Tania Regina Luca, ao identificar na trajetória da imprensa brasileira, a sua interferência política nas transformações históricas. Nessa perspectiva, a escolha inicial dos periódicos, procura tornar visíveis grupos sociais representativos na sociedade brasileira entre 1917 e 1922, através da leitura das formulações e debates nos jornais da época sobre a Revolução Russa.

Dessa forma, a imprensa é utilizada como fonte histórica que possibilita identificar os vínculos econômicos, as visões de mundo, ações e projetos políticos dos grupos sociais. Logo, a abordagem da imprensa identifica que essa é um agente ativo que noticia, defende e encaminha interesses de sujeitos concretos.

É importante ressaltar que apesar dos recursos limitados e das dificuldades de circulação, os jornais operários ampliaram o universo de leitores por meio de bibliotecas e salas de leitura, criadas pelas sedes das associações e as redações dos jornais^{xi}. Também se conclui que devido à grande variedade jornalística e interrupção constante, causada principalmente pela repressão estatal das publicações das folhas operárias, a pesquisa exige uma quantidade maior de jornais, para dar visibilidade ao intervalo cronológico.

Na análise de Tânia Luca, as alterações na prática historiográfica que ocorreram nas últimas décadas do século XX com a proposta da terceira geração dos Annales de “novos objetos, problemas e abordagens”, a partir de aportes interdisciplinares e contribuições de outras Ciências Humanas (Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica), promoveram uma renovação temática que modificou a concepção e a crítica do uso de documentos, dando abertura para novas fontes, como a imprensa (LUCA, 2006).

Nesse panorama de renovação da historiografia, se destaca a obra organizada por René Rémond, onde distingue a História política e a do presente, definindo que o interesse pelo político não é exclusividade da história recente, tampouco o político está restrito à proximidade no tempo. Rémond demonstra a ruptura com a história factual, linear e episódica, caracterizada pelo discurso oficial e pela biografia dos destacados personagens políticos, ao apresentar as mudanças teórico-metodológicas ocorridas nas últimas décadas, com a abordagem de “fenômenos mais globais, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos” enquanto uma dimensão específica dentre outras da realidade (RÉMOND, 1996, p. 36).

Foi a partir da Nova História Política que os meios de comunicação se tornaram um dos mais importantes objetos de análises desse campo historiográfico e assim o jornalismo se constituiu em fonte de documentação sobre os fatos e a opinião pública, os grupos sociais, e a própria imprensa, estudando-se os jornais no seu conteúdo e atuação.

De acordo com as autoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, o historiador ao transformar um jornal em fonte histórica, realiza ações de escolha e seleção, a partir de uma abordagem teórica e metodológica que compreende a imprensa como uma “linguagem constitutiva do social” e desvenda as “relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. Por isso, não é suficiente apenas afirmar que a imprensa tem uma

opinião, mas identificar como na sua atuação, ela delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões e constitui adesões e consensos. Nessa proposta, a análise da imprensa deve se iniciar no jornal e partir dessa publicação para a compreensão da conjuntura, através de procedimentos que componham um percurso de pesquisa baseado na sensibilidade da leitura e que perpassa pela identificação do periódico, com a compreensão do projeto gráfico, das formas de produção e distribuição, do público leitor e do projeto editorial (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p.258).

Cruz e Peixoto formulam duas ideias fundamentais para a pesquisa que utiliza a imprensa como fonte histórica: a primeira, que a “imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”, por isso se relaciona com os elementos (políticos, econômicos, sociais, culturais) constituintes do poder; e a segunda, que a imprensa não é uma simples clarificação de representações do mundo ou tampouco um mero lugar de visibilidade da ideologia dominante. Assim, para realizar os cuidados metodológicos necessários, Laura Maciel aponta para um tratamento da imprensa como força ativa da realidade social que elabora o pensamento e a ação, estabelece papéis sociais e universaliza posições e interpretações (MACIEL, 2004, p.15).

Nessa perspectiva, Heloísa Cruz demonstrou no estudo sobre o periodismo paulista como a imprensa não é uma mera reprodutora de interesses, mas se apresenta como um espaço importante de elaboração e articulação dos projetos de grupos sociais distintos, agindo na produção de hegemonia, na compreensão da temporalidade, da memória e de visões de futuro (CRUZ, 2000).

No Brasil quando chegaram informações sobre as transformações em curso na Rússia de 1917, a grande imprensa vivenciava a transição da fase artesanal para industrial, num contexto internacional de mudanças, no que se refere à estrutura tecnológica (linotipo, prensas elétricas, máquina de datilografar); e no que tange ao caráter jornalístico, que se voltava para a publicidade e ao discurso da “imparcialidade”, que substituía gradativamente o formato anterior panfletário de projetos políticos (partidários ou não), na busca do aumento do público leitor e do número de anunciantes (WERNECK, 1996)^{xii}.

No sudeste e no sul essas redefinições para transformar a atividade jornalística numa empresa lucrativa, aconteceram na transição para o século XX, estimuladas pela urbanização e industrialização. Mas, na Bahia esse processo foi tardiamente realizado na década de 1910 e pode ser exemplificado com a fundação do Jornal *A Tarde*, em 1912. Na avaliação de José Weliton Santos, foi com a Primeira Guerra Mundial que a

imprensa baiana evidenciou novidades nos fatos noticiados, quando se dedicou na cobertura dos eventos que se desenrolavam no nível internacional. Esse autor também destaca o exemplo do noticiário da Revolução Russa de 1917 e os editoriais anticomunistas na imprensa baiana, para demonstrar o papel das agências internacionais e a superação do conteúdo exclusivamente local.

No início dos primeiros anos do século XX no Brasil, os periódicos da grande imprensa adotaram a teoria da comunicação baseada nos pressupostos da “sociedade de massas e psicologia behaviorista”, cuja ideia era de que os veículos de comunicação seriam ferramentas para interligar os indivíduos isolados e segregados na sociedade moderna e persuadi-los a determinados engajamentos, como o “clamor patriótico”. Assim, os jornais manipulavam informações de acordo com os mecanismos biológicos de estímulo e reação, para adulterar conteúdos e inocular resultados favoráveis aos interesses de quem estava transmitindo. Por isso, no período da Primeira Guerra Mundial, a propaganda assumiu um papel diferenciado ao lado da censura, na chamada “Guerra de Informações”.

O procedimento de análise considera a interação com os conceitos de ideologia e hegemonia formulados por Antonio Gramsci. Para o autor italiano, ideologia é visão de mundo que se manifesta na ação e a organiza enquanto expressão de sujeitos coletivos, cujos interesses são colocados historicamente e se articulam de modo conflitante. Por isso, as ideologias são múltiplas e contraditórias e têm um papel decisivo na manutenção ou modificação das condições de dominação, já que mobilizam, organizam e direcionam as ações dos grupos sociais (GRAMSCI, 1995).

Neste sentido, a leitura da obra de Gramsci contribui para a compreensão de hegemonia, como construção de uma concepção de mundo e a sua realização enquanto a capacidade de um grupo social elaborar uma visão de mundo própria e de disputá-la politicamente. Portanto, a construção de premissas ideológicas e políticas seriam necessárias para uma nova hegemonia que não deve ser considerada como simples obtenção de mera maioria política, mas como construção de uma racionalidade nova, de uma “nova civiltà” num “processo permanente de desconstrução-construção” das novas ideologias (BRANDÃO e DIAS, 2014).

Isso nos remete a compreender como a Revolução Russa influenciou as escolhas políticas, os projetos e ações dos sujeitos sociais através da imprensa, enquanto um espaço de circulação de ideias cuja dinâmica de recepção e reelaboração do noticiário russo, teceu elementos para construção de concepções de mundo que constituíram

ideologias desse período histórico e se manifestaram nas ações políticas dos grupos sociais (VÁLDES, 2000, p.190)^{xiii}.

No que se refere à interpretação dos textos dos jornais operários, convém destacar a pesquisa desenvolvida por Maitê Peixoto a respeito de jornais anarquistas e comunistas, pois apresenta para esse projeto a preocupação em analisar com cautela a correspondência entre os papéis de produtor, leitor e personagens nas publicações operárias, a partir da identificação da “teia de conflitos sociais originária da própria construção do coletivo” (PEIXOTO, 2010, p. 120-121).

A dissertação de Maitê quando caracteriza os jornais como um “veículo de circulação de ideias, um instrumento de educação, de formação política, de informação e também de lazer” contribui para verificarmos a relação entre a difusão da imprensa e a dinâmica de sociabilidade das organizações operárias, no início do século XX, quando eram capazes de incluir “além do próprio militante, sua família e amigos”. (Ibidem, p. 121) Esse trabalho também oferece observações de como os jornais podem ter aproximado os acontecimentos das lutas operárias internacionais e o momento em que vivenciava as organizações operárias brasileiras, sendo mecanismos de uma “estratégia otimista de mobilização que compunham o grupo de matérias ou artigos lidos em voz alta nas assembleias” e como instrumento reflexivo da discussão dos problemas organizativos. (PEIXOTO, 2010, p. 123)

Maria Nazareth, na pesquisa de 343 títulos de jornais operários do início do século XX, demonstrou que essas fontes possuem um valor como “documento vivo”, porque são informativas e foram produtos da “participação do individual e coletivo no processo histórico”. Essa investigação esclarece aspectos do formato da imprensa operária que a diferencia da grande imprensa no que se refere ao tratamento processual da notícia, “recuperando e analisando os fatos”, a diagramação que ocupava todo espaço com textos e conferências, a charge do editorial enquanto uma “imagem conscientizadora”, o predomínio do formato de tabloide do jornal, a quantidade de páginas determinada pelo conteúdo, a periodicidade influenciada pelos acontecimentos e a ausência de publicidade (FERREIRA, 1989, p.21).

Imprensa, Revolução Russa e a posteridade anticomunista na política brasileira

A hipótese inicial é que a interlocução crítica desse conteúdo jornalístico brasileiro sobre a Revolução Russa se constituiu numa rede de produção e disputa de

valores e projetos políticos. Depois de quase um século, é possível perceber através do estudo dos jornais, o impacto da experiência soviética sob a política brasileira ao longo do século XX. Principalmente no que se refere às direções assumidas pelo anticomunismo: se até a década de 1920 era uma oposição mais ampla contra qualquer ideologia do movimento operário, após a Revolução de Outubro de 1917, assume uma luta contra qualquer tentativa dos trabalhadores de questionamento da ordem social. Posteriormente, com a grande depressão do entre-guerras e a possibilidade de crescimento dos movimentos comunistas, o anticomunismo se amplia, sendo atenuado durante a Segunda Guerra Mundial e retorna com grande força após a derrota militar do nazi-fascismo.

Rodrigo Motta compreende que o anticomunismo no Brasil cresce na medida em que se expande a influência do Partido Comunista e se caracteriza por três fases: a primeira entre 1935 e 1937, definida pela “Intentona Comunista”; a segunda entre 1946 e 1950, com o retorno do PCB a legalidade; e a última, com a crise de 1964, que resultou no golpe civil-militar. Nessa pesquisa, o autor aponta que o anticomunismo foi uma das principais justificativas para os golpes de 1937 e 1964, resultantes da constituição de frentes anticomunistas, que unificou diversos grupos sociais (empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa), e ao longo de sua trajetória histórica enquanto pensamento, construiu um conjunto de representações (ideário, imaginário e iconografia) e ações (movimentos, organizações, perseguição e manipulação) que marcaram a dinâmica política brasileira do século XX (MOTTA, 2002).

Carla Rodeghero ao investigar a estratégia eleitoral entre 1947 e 1964, indica que o anticomunismo foi fortemente utilizado nas eleições, de acordo com os acontecimentos políticos, como o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no início da Guerra Fria, a atuação do PCB, a denúncia dos crimes de Stalin, a gestão de Brizola no governo do Rio Grande do Sul, o impacto da Revolução Cubana e o avanço das manifestações populares em torno das reformas de base de João Goulart. Rodeghero observou que o anticomunismo da propaganda eleitoral tinha como uma de suas características, o apelo a textos católicos e ao analisar o discurso anticomunista da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, demonstrou como ele possuía uma boa elaboração e difusão, sendo utilizado pelos candidatos como proteção ou acusação dos seus oponentes, porque acreditavam no poder de mobilização e na eficácia do apoio da Igreja, já que segundo as conclusões dessa pesquisa, ser católico e ser anticomunista

eram virtudes fundamentais a serem cultivadas pelos políticos que desejavam a vitória nas urnas (RODEGHERO, 2003, p.116).

Quando esses autores se referem a representações ou propaganda anticomunista brasileira, estão indicando a construção de identidades excludentes, enquanto o anticomunista representava o correto, natural, moral; os comunistas representavam o ódio, a barbárie, imoralidade, o erro. E nessa contraposição de valores, os anticomunistas eram os guardiões do mundo civilizado e cristão. Esses arquétipos foram construídos ao longo do século XX após o impacto das notícias da Revolução Russa, elaborados e difundidos na imprensa, que desenvolveu uma força social ativa na formulação dessas visões de mundo.

Os Estados Unidos construiu uma política de Estado pautada no anticomunismo, concretizado na oposição a URSS, após a breve aliança militar motivada pelo conflito mundial, o governo de Harry Truman (1945-1953), para alcançar seus objetivos geoestratégicos e econômicos, estabeleceu uma política externa que buscava unificar outros países sob o seu planejamento e ação, para tanto, internamente unificou as Forças Armadas no Estado-maior, criou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Agência Central de Inteligência (CIA), que somados ao Plano Marshall e a Doutrina Truman, formaram as bases da expansão do *American way of life*. Assim, a democracia, em oposição ao “totalitarismo russo” foi a tônica do discurso norte-americano durante a Guerra Fria, quando os Estados Unidos empenhou sua força para sustentar os grupos anticomunistas.

Portanto, desde o pós-guerra, que os Estados Unidos fomenta e propaga uma onda anticomunista, seja no plano interno, com o movimento de perseguição do macarthismo contra qualquer indivíduo de comportamento considerado suspeito de comunismo, ou como instrumento eleitoral; mas também como elemento justificador da sua mudança de política externa, que assume o foco da política de contenção, redirecionando a ação da Europa para Ásia, e depois, para a América Latina.

A América Latina inicia a década de 60 sendo revista pelas lentes norte-americanas. De acordo com o estudo de Carlos Fico, foi a formalização, em 1961, da implantação do regime socialista em Cuba, que modificou a postura dos Estados Unidos para com a América Latina, através do fortalecimento dos militares da região e da política de ajuda econômica, buscando construir uma imagem positiva dos Estados Unidos para fortalecer sua capacidade de influência (FICO, 2008, p.56).

As leituras sobre a importância do anticomunismo no golpe civil-militar de 1964 apontam que a tradição desse pensamento remonta as primeiras décadas do século XX e nessa trajetória histórica, a Guerra Fria trouxe novas influências de doutrinas militares norte-americanas e francesas, que conduziram na primeira metade dos anos 60 a um elã entre o pensamento de diversos grupos conservadores na trilha dos “discursos patrióticos, moralistas e tecnocráticos”, que serviram posteriormente para ocultar as políticas de Terrorismo de Estado enquanto “estratégias de luta de classes”, aplicadas numa amplitude multidimensional (abrangente, prolongada, indiscriminada, retroativa, preventiva e extraterritorial) pelas Ditaduras de Segurança Nacional, em suas práticas repressivas (torturas, sequestros, execuções, saques, desaparecimentos, ameaças de morte, expurgos, cassações, etc.) para controlar a ordem interna e consolidar os novos padrões de acumulação (PADRÓS, 2007, p.46).

Na interpretação de Motta, o anticomunismo em sua essência é um fenômeno de direita, constituído por alguns valores básicos como: a moralidade cristã, propriedade sagrada e a pátria “una e indivisa”. Além disso, também se caracteriza por uma heterogeneidade ideológica que possibilitou a unificação de grupos e líderes políticos de diferentes tradições de direita (liberais, conservadores, fascistas, nacionalistas) e o que foi mais decisivo para o golpe civil-militar de 1964: unificou as corporações militares. Portanto, o anticomunismo foi uma bandeira que alinhou grupos sociais e instituições de diferentes valores e projetos para derrotar os projetos de esquerda que surgiam como ameaças ao *status quo* (MOTTA, 2016).

A ação política propagandística dos diversos grupos que difundiam o anticomunismo também produziu impacto sobre a opinião pública. Para compreender como a sociedade foi influenciada por esse ideário, Motta propõe uma análise dos resultados das pesquisas de opinião realizadas nos anos 50 e 60 por agências norte-americanas e nacionais (IBOPE), para avaliar a circulação e influência das representações anticomunistas.

A primeira pesquisa de março de 1955 realizada entre cariocas e paulistas, diagnosticou que 58% achavam que o comunismo era “ruim para o povo” e 2% disseram “bom”, 30% consideravam os comunistas um “perigo” para a América Latina e 3% “nenhum perigo”. Essas faixas percentuais vão numa crescente até 1964, desde os anos finais da década de 50, diante das mudanças na política externa brasileira, com a aproximação com o bloco soviético e países não-alinhados, que os EUA se preocupam com o surgimento de um sentimento antiamericano e realizaram pesquisas sobre

atitudes comerciais com a URSS, identificando que os brasileiros possuíam opiniões pragmáticas sobre esse assunto, sem perder a desconfiança política.

As pesquisas realizadas entre 1963 e 1964 mostram o crescimento do temor ao comunismo, por exemplo, em março de 1963, uma entrevista com 400 pessoas do estado da Guanabara mostra que 41% preferiam que os comunistas tivessem menor influência, com 4% achando que eles deveriam ter mais influência. Já em fevereiro de 1964, 44% dos entrevistados paulistas viam no comunismo um perigo e em março de 1964, após o ato paulista da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, do total de 953 paulistas em três cidades (São Paulo, Araraquara e Avaí), 68% escolheram o comunismo como um perigo, indicando não apenas o aumento de uma opinião anticomunista, como também uma probabilidade alta de “apoio a políticas anti-esquerdistas” que se apresenta de forma significativa, com o alto número de cidadãos após o golpe apresentando uma opinião de apoio ao “expurgo das esquerdas”.

As pesquisas de opinião estudadas por Motta apesar de apresentarem algumas variações na intensidade da opinião anticomunista entre diferentes regiões, a exemplos de uma leve queda no nordeste e uma percepção mais intensa entre os cariocas, no aspecto mais geral é perceptível que os discursos anticomunistas formulados, propagados e difundidos pelos grupos de direita, com importante papel desempenhado pela imprensa, ressoaram com expressividade na sociedade, o que se verifica na força da opinião anticomunista dos entrevistados, dando indícios de uma “relação complexa, de mútua determinação, e não como resultado de recepção passiva.” (MOTTA, 2016)

Numa pesquisa realizada em setembro de 2013 pela Fundação de Opinião Pública da Rússia (Russia’s Public Opinion Foundation - FOM), das 1.000 pessoas entrevistadas, 14% identificaram a palavra “comunismo” com conotações “muito agradáveis”, “positivas” e “maravilhosas”; e 12% disseram que se sentiam muito nostálgicas em relação à era soviética (RBTH, 2013).

O comunismo significa “vida boa e estável” para 11% dos entrevistados, 23% disseram que significa uma sociedade justa, na qual todos são iguais e toda a propriedade é comum e para 8% representava uma vida melhor que a de hoje (“vivíamos melhor, as pessoas eram mais bem tratadas” e “as pessoas eram mais plenas e a vida também era mais plena”).

O comunismo significara “vida boa e estável” para 6% que elogiaram o princípio soviético oficial “de cada um, de acordo com suas habilidades; para cada um, de acordo com suas necessidades”. A pesquisa pedia aos entrevistados que explicassem

o que viam como aspectos positivos e negativos do sistema soviético. Na resposta, 33% apontaram como positivas as garantias de seguridade social, estabilidade e atenção às pessoas; 14% disseram que foi um sistema de justiça e igualdade social; 9% disseram que a União Soviética foi terra de respeito à lei e à disciplina; 7% elogiaram o emprego que o país garantia a todos; e outros 7% disseram que as pessoas tinham mais disposição para se ajudarem umas às outras, do que hoje.

Por outro lado, 9% criticaram restrições a direitos e liberdades individuais; 7% acusaram o sistema soviético de suprimir a individualidade pessoal; outros 7% disseram que o racionamento de bens de consumo básico foi o principal defeito do sistema; 6% criticaram os abusos das autoridades naquele período; e 5% condenaram o governo repressivo na União Soviética.

Na população pesquisada, 59% dos entrevistados veem mais aspectos positivos que negativos no comunismo. Desses, 69% tinham mais de 60 anos e 47% tinham entre 18 e 30 anos. De todos os entrevistados, 43% ficariam felizes com a volta da ideologia comunista; 38% não ficariam felizes; e 19% ainda não se resolveram.

Os resultados das pesquisas de opinião, russas e brasileiras, provocam uma reflexão sobre como as sociedades leem seus processos históricos, constroem suas visões de mundo, expectativas sociais e fazem suas escolhas sob condições políticas em trajetórias históricas diversas, mas que de algumas formas, são interconectadas por fios condutores que permeiam os ideários sociais e espaços de formulação e atuação política, a exemplo da imprensa e seus periódicos.

Referências:

- BANDEIRA, Luis A. Moniz e MELLO, Clóvis. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917 – 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- BRANDÃO, Nágela A. e DIAS, Edmundo F. *A questão da ideologia em Antonio Gramsci*.
<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>.
Acessado em 15/08/2015.
- CASTELUCCI, Aldrin. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2002.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado, 2000.

_____ e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. IN: *Projeto História*, São Paulo, nº35, dez. 2007.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____ e ROCHE, Daniel (orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1988. FERREIRA, Muniz. “A geração do demônio: um estudo sobre as origens do imaginário anticomunista baiano”. IN: *Revista Binacional Brasil Argentina*, Vitória da Conquista, v.2, nº1, julho. 2013.

FICO, Carlos. “O golpe de 64 e o papel do governo dos EUA”. IN: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes e ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Luciano de M. “*Ideias perniciosas do anarquismo*” na Bahia. *Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LUCA, Tania Regina de. “Historia dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____ e MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920”. IN: FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d’água, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. “O anticomunismo nas pesquisas de opinião: Brasil, 1955-1964”. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/68817?lang=es>. Acesso: 10 de setembro de 2016.

SANTOS, José Weliton A. dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1985.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. “A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920”. IN: *Revista Brasileira de História*, vol.25, nº50, novembro de 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.” IN: *Revista História e Luta de Classes*, n.4, julho/2007.

PEIXOTO, Maitê. *O quarto poder vermelho: embates teóricos e político ideológicos entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos partidos comunistas do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: PUC-RS, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina F. “A circulação da imprensa operária brasileira no final do século XIX e as primeiras décadas do XX”. IN: QUEIRÓS, César e ARAVANIS, Evangelia (orgs.). *Cultura operária: trabalho e resistências*. Brasília: Editora ExLibris, 2010.

REED, Jonh. *Dez dias que abalaram o mundo*, 12ª ed. São Paulo: Global Editora, 1978.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / FGV, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

VALDES, Eduardo. “El transpaso del pensamiento de América Latina à Africa a través de los intelectuales caribeños”. IN: *História UNISINOS*: São Leopoldo. Vol. 4, n.2, jul./dez. 2000.

WERNECK, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RBTH, INTERFAX, Moscou, 12 de outubro de 2013. About 60 percent of Russians see communism as good system - poll Disponível em: http://rbth.com/news/2013/10/12/about_60_percent_of_russians_see_communism_as_good_system_-_poll_30755.html. Acesso: 14 de novembro de 2016.

A CIDADE, Salvador, 19 de março de 1917.

A PLEBE, São Paulo, 15 de março de 1919, ano II, n.4.

A TARDE, Salvador, 03 de novembro de 1917.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1917.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 01 de março de 1917.

Notas:

ⁱ Tânia de Luca ressalta que a expressão grande imprensa é vaga e imprecisa com sentidos e significados definidos pelo momento histórico, por isso propõe uma forma genérica de definição que designa um conjunto de títulos que de acordo com o contexto é a parte mais significativa dos periódicos em relação à circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

ⁱⁱ Maria Ferreira sistematiza as seguintes características da imprensa operária: veículo de comunicação da classe trabalhadora que está ligada a um sindicato ou partido, sua mensagem é produzida de forma horizontal e interativa, e direcionada para interesses coletivos, funciona como instrumento de conscientização, mobilização e intercâmbio.

ⁱⁱⁱ De acordo com essa pesquisa, a população habilitada para ser eleitor era de 21.4% em Salvador, 20.7% em Porto Alegre, 13.9% em São Paulo e 11.3% no Rio de Janeiro.

^{iv} É importante salientar que a grafia original dos textos contidos nos periódicos está mantida neste artigo.

^v José Weliton Santos destaca que foi a partir da Primeira Guerra Mundial o período no qual a imprensa brasileira iniciou mudanças no fato jornalístico quando começou a dar destaque às matérias provenientes da Europa. Para compreender como as agências internacionais se tornaram importantes polos emissores de notícias é preciso analisar a evolução das técnicas de comunicação que tornaram possíveis a transmissão elétrica em cadeia, o mercado da informação e um novo formato para a comunicação.

^{vi} A palavra maximalista é utilizada nesse período para identificar aqueles que apoiavam a Revolução Russa.

^{vii} Muniz Ferreira investiga, através de periódicos baianos, a origem de um discurso e de uma ideologia anticomunistas no estado da Bahia entre os anos de 1917 e 1922 e demonstrou como a Revolução Bolchevique potencializou o discurso conservador, constatando que há um reforço do discurso anticomunista na medida em que se agudiza a luta entre capital e trabalho na Bahia, em especial a partir da greve geral de 1919 em Salvador.

^{viii} Destaque para o artigo do Jornal *A Cidade* (18/07/1917), uma espécie de editorial que analisa a conjuntura de greves no sudeste e a possibilidade de acontecer na Bahia.

^{ix} O retrocesso das conquistas e as perseguições políticas provocaram as condições para uma greve mais radicalizada em janeiro de 1920 durante 58 dias.

^x O Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos (1920) resultou na fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) cuja influência socialista levou a formação do Partido Socialista Baiano (PSB). Foi quando o SPCDC se retirou da FTB por meio de uma cisão anarquista.

^{xi} Luciano Guimarães na sua dissertação identifica em *A Voz do Trabalhador* (SPCDC) de 16 de setembro de 1922, a divulgação aos leitores dos jornais “defensores dos oprimidos” disponíveis na redação: *A Plebe* (SP); *Movimento Comunista* (RJ); *Revista Liberal* (POA); *Renovação* (RJ); *Voz Operária* (SE); *Solidariedade* (Chicago); *Voz do Trabalhador* (PA); *Il Comunista* (Itália); *El Comunista* (Argentina); *El Estudiantil* (Rosário); *Transporte Internacional* (Amsterdã); *Trabalhadores das Docas* (Hungria).

^{xii} Esse autor formulou a periodicidade de transição na imprensa entre o século XIX e XX para compreender tal processo inserido nas mudanças históricas do país, e utilizou como critério as mudanças

produtivas e suas conseqüentes alterações nas relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores.

^{xiii} Essa noção de circulação de ideias como influência ou difusão redimensiona os modos de recepção e reelaboração ao problematizar a visão de passividade e reprodução, mesmo que na ação de reelaborar haja mais concordância que divergências.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.